



24/01/2018 18:40
Lisboa, Portugal (LUSA)

Consenso parlamentar na aceleração da revisão do calendário fiscal

Lisboa, 24 jan (Lusa) - As bancadas parlamentares das várias forças políticas declararam-se hoje favoráveis a rápidas alterações na revisão do calendário fiscal, processo em estudo pelo Governo do PS, após diversas consultas, designadamente com a **Ordem dos Contabilistas Certificados**.

O debate na Assembleia da República relacionava-se com uma petição cidadã com mais de 4.000 assinaturas pela prorrogação até final de junho do prazo de entrega da declaração anual de IRC e até final de julho da Informação Empresarial Simplificada, devido à incapacidade do portal eletrónico da Autoridade Tributária em suportar o acesso dos profissionais de contabilidade nas declarações anuais de IRS (abril e maio) e também do modelo 22 de IRC (maio).

Igualmente em discussão estava um projeto de resolução do PCP a recomendar ao executivo a conclusão do processo, reorganizando os prazos de entrega das diferentes declarações tributárias e definindo condições adequadas de disponibilização das aplicações de preenchimento e submissão dessas declarações, com o objetivo de ultrapassar os problemas recorrentes identificados por organizações e associações de profissionais de contabilidade.

"Há problemas decorrentes que urge resolver no âmbito do calendário fiscal global. Preocupações e intervenção do PCP não surgiram agora, de repente. Há muitos anos que o vem defendendo. Com anterior Governo PSD/CDS, deparámo-nos com total indiferença, não vale a pena virem agora chorar lágrimas de crocodilo", disse o comunista Paulo Sá.

A social-democrata Margarida Balseiro Lopes e a democrata-cristã Cecília Meireles concordaram com os problemas de "evidentes atrasos na disponibilização obrigações declarativas no portal das Finanças, ao longo de vários anos, condicionando o seu cumprimento legal", "momentos de sobrecarga e colapso" da página na Internet, numa "questão que continua a ser muito atual".

"Em muitos casos os formulários são disponibilizados muito tarde, o que torna virtualmente impossível cumprir a obrigação. É um problema crónico", disse a

deputada centrista, garantindo que o CDS vai apresentar projeto de lei sobre a matéria.

O bloquista Paulino Ascensão reiterou que "o calendário de obrigações fiscais é apertado" e que as mesmas "não estão distribuídas convenientemente ao longo do ano", registando-se alguma "resistência por parte da administração tributária", antes de defender uma melhor "adaptação de ferramentas informáticas".

"Em nome do grupo parlamentar do PS, temos toda a disponibilidade e abertura para aprovar outras matérias" sobre prazos e outras medidas para facilitar o equilíbrio entre Estado e contribuintes, assumiu o socialista Ricardo Leão, sublinhando tratar-se de um "problema que existe há muitos anos e nada se fez, nomeadamente durante quatro anos e meio de Governo PSD/CDS".

HPG // JPS

Lusa/Fim